



SALVADOR E A RESILIÊNCIA URBANA EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES: MAPEAMENTO E ANÁLISE CONCEITUAL DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS E DE GESTÃO DE RISCOS

Ana Paula Santos Silveira, Annelie Christinne Odebrecht Brito Travassos, Noemi Hanna Santana Santos.



Universidade Salvador

Arquitetura e Urbanismo, Campus Tancredo Neves e ana.licks@animaeducacao.com.br

Introdução

Salvador, terceira cidade mais populosa do Brasil, apresenta fortes desigualdades socioespaciais que ampliam sua vulnerabilidade frente às mudanças climáticas. Entre 2022 e 2024, foram registrados mais de mil deslizamentos de terra e centenas de desabamentos, evidenciando os riscos decorrentes da ocupação irregular e das moradias precárias. Essa realidade de grandes eventos climáticos e grande vulnerabilidade social, compromete a capacidade da cidade de absorver, reagir e se transformar diante de adversidades, preservando suas funções essenciais e aproveitando oportunidades para inovação e aprendizado, conceito conhecido como resiliência urbana. Embora a cidade tenha avançado com o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC, 2020), que prevê 57 ações estratégicas e neutralidade de carbono até 2049, persistem limitações institucionais e sociais que comprometem sua efetiva implementação.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analizar o arcabouço de políticas públicas de resiliência urbana e emergência climática existentes no âmbito municipal, confrontando as diretrizes formais com o cenário de vulnerabilidade socioambiental de Salvador.

Objetivos Específicos:

- Conceituar e interligar os pilares teóricos da Justiça Climática, Resiliência Urbana e Vulnerabilidade Social no contexto de Salvador;
- Identificar os principais planos e instrumentos normativos municipais, detalhando seus escopos e prazos de implementação;
- Avaliar a coerência e a eficácia dos planos municipais de resiliência urbana, examinando de forma inicial a participação social nos processos, a relação entre o planejamento formal e a execução prática no território.

Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com foco na análise de políticas públicas relacionadas à resiliência urbana em Salvador e no Brasil. Baseia-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental de planos e leis municipais, estaduais e federais. Foram identificados ano de criação, órgão responsável e principais ações de cada instrumento, permitindo uma análise comparativa das convergências e lacunas entre os diferentes níveis de governança climática. Paralelamente, foi realizada uma análise conceitual sobre Justiça Climática, Resiliência Urbana e Vulnerabilidade Social, possibilitando avaliar a coerência e a efetividade das políticas frente ao contexto de desigualdade socioambiental que caracteriza Salvador.

Resultados

O aparato institucional de Salvador para a resiliência urbana inclui instrumentos como o PDDU (2016), a LOUOS (2016), a Estratégia de Resiliência (2019) e o PMAMC (2020), que estabelece metas de mitigação e adaptação até 2049, com ações voltadas à mobilidade sustentável, uso de energias renováveis, recuperação de ecossistemas e ampliação de áreas verdes. O PEMAC e o programa AdaptaCidades (2024) reforçam essas iniciativas, oferecendo diretrizes e suporte técnico aos municípios. Apesar dos avanços conceituais e técnicos desses instrumentos, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. A falta de integração entre secretarias, a limitação orçamentária e a baixa efetividade da participação social dificultam a consolidação de uma agenda climática inclusiva.

Resultados continuaçao

Além disso, as ações tendem a se concentrar nas áreas centrais, enquanto territórios vulneráveis permanecem à margem das políticas públicas. Desse modo, observa-se um descompasso entre o planejamento e a prática: embora os planos projetem uma Salvador mais resiliente e sustentável, sua efetividade depende da articulação política, da estabilidade de recursos e da ampliação da participação social.

Conclusões

As análises indicam que, embora Salvador possua um arcabouço institucional relevante para mitigação e adaptação climática, sua efetividade ainda é limitada por desigualdades socioespaciais, falta de integração entre níveis de governança e vulnerabilidade da população, especialmente em áreas de encosta e zonas costeiras. Os planos e programas existentes representam avanços na consolidação de uma agenda climática urbana, mas enfrentam entraves relacionados à implementação, continuidade administrativa e à participação das comunidades mais afetadas. A construção de uma resiliência urbana efetiva depende, portanto, não apenas da criação de leis e planos, mas do fortalecimento de políticas que envolvam a sociedade civil, da promoção da justiça climática e da redução das desigualdades territoriais, por meio de planejamento integrado, investimentos contínuos e mecanismos de monitoramento que transformem diretrizes formais em resultados concretos no território.

Bibliografia

- ADAPTACIDADES / ReDUS. [Adaptacidades](https://www.redus.org.br/adaptacidades). Disponível em: <https://www.redus.org.br/adaptacidades>. Acesso em: 26 set. 2025.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. [Plano Estadual do Meio Ambiente da Bahia – PEMAC](https://www.ba.gov.br/meioambiente/sites/site-sema/files/2024-06/PEMA_Governo_da_Bahia.pdf). Salvador: SEMA, 2024. 48 p. Disponível em: https://www.ba.gov.br/meioambiente/sites/site-sema/files/2024-06/PEMA_Governo_da_Bahia.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei no 9.069/2016 de 30/06/2016 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/pddu-2016/18-legislacao/65-leis-pddu>. Acesso em: 21 set. 2025.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. [Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima \(PMAMC\)](https://www.adaptacao.eco.br/_biblioteca/plano-de-acao-climatica-pmamc-de-salvador/). Salvador, 2020. Disponível em: https://www.adaptacao.eco.br/_biblioteca/plano-de-acao-climatica-pmamc-de-salvador/. Acesso em: 21 set. 2025.

Agradecimentos

Um agradecimento ao Programa Pró-Ciência do Ecossistema Ânima pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa e à Universidade Salvador pela promoção contínua da ciência e incentivo à formação acadêmica. Estendemos nosso reconhecimento aos docentes e colegas que contribuíram com orientações e reflexões ao longo deste estudo.